

ESCOLA DO CAMPO: TERRITÓRIO DE VOZES INAUDÍVEIS

GT 14: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Relato de experiência

Jane Amorim da Silva (PPGEDU/UNEMAT) - janeamorim@unemat.br
Jenilson de Aguiar Bianco (PPGEDU/UNEMAT) - jenilsonbiologia@hotmail.com
Jucileide Alves Ribeiro (PPGEDU/UNEMAT) - alvesribeiro.jucileide@gmail.com
Laudemir Luiz Zart (PPGEDU/UNEMAT) - laudemirzart13@yahoo.com.br

Resumo:

A Educação do Campo inclui e celebra a terra, é um contraponto que causa movimento na ação humana. Essa pesquisa apoia-se nos conceitos da pesquisa qualitativa na perspectiva histórico-dialética. Essa pesquisa nasceu da pesquisa de campo na Sala Anexa da Escola Estadual Professor João Florentino Silva Neto no Distrito de Nova Cáceres-MT, tendo por objetivo apreender a importância do território na identidade dos sujeitos da escola do campo. O território em foco é o camponês, onde se constroem existências e memórias. Quando essa educação considera a identidade do povo do campo existe a valorização da cultura e, assim existe o respeito a sua identidade. **Palavras-chave:** Educação do Campo. Território. Redimensionamento Escolar.

1 Introdução

A Educação do Campo é uma conquista do povo camponês, que sempre buscou uma educação que tivesse como centralidade a cultura e a economia camponesa, além de política pública, foi e continua sendo, um contraponto que provoca movimento na ação humana. Desse modo, precisamos pensar qual movimento devemos fazer para transpor o que está estabelecido e como constituir e refletir o mundo da vida e o trabalho do campo.

Nesse cenário, Zanelli (2015), afirma que o chão onde nasceu a Educação do Campo é o chão das alteridades, da resiliência e da resistência dos movimentos sociais. Logo, é resultado das políticas públicas, mas principalmente, do questionamento da contribuição da escola e da educação para os movimentos ao prover reforço para o território camponês ao educar de acordo com seu modo de vida.

Peripolli (2008), explica pode ser espaço de desenvolvimento de consciência, quer seja na escola urbana, quer seja na escola do campo, mesmo com os seus limites, ainda se mostra como espaço onde se produzem também, as contradições sociais; um lugar de luta e de possibilidades como ferramenta de enfrentamento.

Nesse contexto, pensar a Educação do Campo é não moldar ao modelo de educação funcionalista, porque, apesar da separação entre o urbano e o campo criada pelo capital para seu desenvolvimento, a educação, sendo ela no campo ou na cidade, tem preparado seus estudantes para atender a lógica do mercado e não de emancipação humana.

Frigotto (2012), enfatiza que Marx ao se referir aos processos formativos na perspectiva de superação da sociedade capitalista, ressalta o trabalho, na sua dimensão de valor de uso,

Realização





como princípio educativo, de modo que o ensino esteja estruturado com a produção da vida no campo, favorecendo a relação entre a teoria e prática.

Esse relato de experiência surgiu a partir da pesquisa de campo realizada na sala anexa à Escola Estadual Professor João Florentino Silva Neto no distrito de Nova Cáceres, município de Cáceres – MT, através do Programa de Pós-graduação de Mestrado em Educação, do Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (UNITRABALHO) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Docência (GFORDOC) da Universidade do Estado De Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado.

Portanto, o objetivo desse trabalho foi apreender a importância do território para a identidade dos sujeitos da escola do campo, pois se existir valorização do território, é tê-lo como um espaço de vida e de trabalho que pode nos desprender da racionalidade dominante.

2 Território em foco

A cada geração, a sociedade recebe de herança um território que em função de suas preocupações, assimila suas particularidades, como obstáculos ou possibilidades para reconstrução de si mesmo, dessa forma, o território é entendido a partir das relações sociais, de maneira articulada a economia, política, cultura, no espaço e no tempo (Vale; Saquet; Santos, 2005).

O território não é apenas relações sociais, significa também a materialidade das formas espaciais nos processos sociais de dominação, se efetivando quando ocorre a manifestação de qualquer tipo de poder, pois é isto que o torna real; onde existem homens há relações, consequentemente há territórios.

Para os camponeses o território surge através das suas identidades e no modo de vida, que traz a sensação de pertencimento, consequência de toda luta coletiva pela terra e por melhores condições de vida, a partir dos seus direitos sociais (Paezano, 2019).

O território aqui evidenciado é o camponês, de espaço de vida, de educação e de diversidades, onde se constroem existências, memórias e histórias. Nesse caso, o território configura-se, também como espaço de disputa e resistência e a escola do campo tem papel fundante na formação destes sujeitos (Paula; Bufrem, 2021, p. 235).

Em suma, os territórios é quem atuam na mediação de outras possibilidades de resolução dos desafios do cotidiano do campo. A terra é espaço-tempo de produção da vida e do próprio camponês, que aprende a “ser com ela”, e vai se constituindo produto e produtor nesta relação emancipadora (Zimmermann; Folmer; Meurer, 2021).



3 Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa foi fundada nos conceitos da pesquisa qualitativa de concepção histórico-dialético. Em 2022 iniciamos o processo de conhecimento e aproximação com o território pesquisado, então, realizamos uma entrevista com servidores da sala anexa à Escola Estadual Professor João Florentino Silva Neto no distrito de Nova Cáceres, município de Cáceres – MT.

Nesse diapasão, Zart (2012), assegura que o processo dialógico é formulado com base em diversas razões que enriquecem o saber, pois o conhecimento científico presente no cotidiano das pessoas são saberes que se renovam através das práticas sociais em que estão introduzidos.

Logo, entendemos que a pesquisa de campo é essencial na atividade de pesquisa, é o período que o pesquisador vai imergir, observar, analisar e apreender a teoria na prática.

4 Resultados e discussão

Para responder o objetivo dessa pesquisa foi realizada seis perguntas. Abaixo segue as perguntas e respostas.

Como se deu o processo paralisação da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry e de municipalização do prédio?

De forma abrupta, pois a escola estava em processo de regularização para continuar seu funcionamento, que de 4 em 4 anos precisa ser renovado, o processo de regularização da escola iniciou no ano de 2016, tendo sido analisado pelo Conselho Estadual de Educação - CEE em 2020 e devolvido em 2020 para a Diretoria Regional de Educação com o parecer favorável a renovação do funcionamento da escola, quando aconteceu a municipalização pela Seduc (Servidor A, 2022).

Aqui fica evidenciado ainda que a DRE de Cáceres desrespeitou a análise e parecer do CEE, que passou por cima de amparo legal para impor sua decisão de fechar a escola.

Houve justificativa para municipalização?

Não houve uma justificativa plausível, que a comunidade escolar não teve o documento de paralisação em mãos, só foram ficar sabendo da paralisação em si quando se teve uma reunião com o conselho municipal na escola, dia em que as chaves ficaram em posse da Assessoria de Educação. Segundo a professora, a Escola Estadual Mário Duílio não foi informada da realização da reunião pela Assessoria, que foram avisados pela comunidade a respeito (Servidor A, 2022).

Não satisfeitos com o desrespeito ao Conselho de Educação, também desconsideraram a comunidade escolar e o território da Vila Sadia, a população não teve sua luta respeitada.

Quem ficou responsável pelas salas anexas que eram da Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry?

A Escola Estadual Professor João Florentino Silva Neto é quem ficou responsável pelo Ensino Médio nas salas anexas que ficam localizadas nos assentamentos Laranjeiras, Limoeiro, Buriti (Vila Aparecida), Paiol e Morrinhos, município de Cáceres (Servidor B, 2022).

Essa distribuição de responsabilidade não só impactou o território da Vila sadia, mas como de outros assentamentos que passaram a ser de responsabilidade de outras localidades mais distantes da sua realidade.

Como funciona a Escola Estadual Professor João Florentino Silva Neto como Sala Anexa?

Atendendo ao EJA e ao Ensino Médio, que são 6 turmas. 1 turma do 1º ano do Ensino Médio no período vespertino e 5 turmas no período noturno, sendo 1 turma de 2º e 1 turma do 3º ano do ensino médio e 3 salas do EJA. [...] atendendo ao EJA e ao Ensino Médio, que são 6 turmas. 1 turma do 1º ano do Ensino Médio no período vespertino e 5 turmas no período noturno, sendo 1 turma de 2º e 1 turma do 3º ano do ensino médio e 3 salas do EJA (Servidor B, 2022).

Como dividem o espaço-tempo com a Escola Municipal?

Ocorre de forma compartilhada, onde quem responde e mantém o prédio é o município que ocupou o espaço em 2020 (Servidor C, 2022).

Tudo isso parece ter sido uma negociação do município para resolver seu problema de infraestrutura e não de redimensionamento de responsabilidade ao Estado nos anos de ensino.

Como fazem a administração da Escola com a estrutura que possuem?

O município responde pela Escola Municipal 16 de Março e o Estado pela Escola Estadual Professor João Florentino Silva Neto, onde em cada anexa existe um servidor integrador que realiza as tarefas de secretaria e coordenação dentro da unidade escolar (tudo que é relacionado ao estudante), que uma vez por mês a diretora faz a visita ou reunião online para saber do andamento da unidade escolar. Foi relatado que a escola perdeu a sua autonomia uma vez que não pode decidir nada se não consultar a sede que fica localizada no Distrito do Caramujo, que parece que o município quer centralizar o seu poder por motivos políticos (Servidor C, 2022).

Zimmermann, Folmer e Meurer (2021), consideram que a ciência do capital nega os conhecimentos dos sujeitos do campo e, nas disputas por território, muitas experiências se materializam a conexão entre ancestralidade e cientificidade das memórias do povo.

A comunidade em geral sente a paralisação como a perda de uma conquista coletiva, que unia os moradores, que fazia com que participassem ativamente nos processos de melhoria e continuidade da escola que era orgulho para a região do município de Cáceres.

5 Considerações finais

Para o secretário de educação, o redimensionamento de unidades educacionais se traduz em investimento que visa atingir melhores indicadores do desempenho da aprendizagem, com a organização dos alunos que estão na mesma etapa/modalidade em uma única unidade escolar (SEDUC, 2022).

Entretanto as falas dos servidores entrevistados mostram que a paralisação e, posterior, municipalização, fez com que a Escola Estadual Mário Duílio Evaristo Henry perdesse seu território físico e jurídico ao se tornar sala anexa, impactando no território das relações, da identidade e no processo de ensino-aprendizagem. Por isso, recordamos aqui Santos (1996), quando disse da importância de ter conhecimento do que é o território, onde ele reconhece ser significativo para afastar o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva.

A população quer e tem o direito de ser ouvida, eles querem partilhar o que possuem de bom com o todo. Quando existe autonomia, existe a valorização da cultura e da identidade, algo que não observamos, uma vez que não houve a participação democrática da escola e comunidade, neste caso a território da Vila Sadia não perdeu só uma escola, teve suas singularidades desprezadas.

A esse respeito Ribeiro et al (2023), aponta que a resistência popular na construção do currículo na Educação do Campo está ligada à necessidade de romper com os paradigmas hegemônicos. Portanto, necessitamos fazer uma educação que considere a identidade do povo do campo, respeitando e acolhendo seus saberes no processo pedagógico orientado por princípios filosóficos, políticos e epistemológicos que definam suas ações.

Referências

FRIGOTTO; Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez. **Formação Dos/as Educadores/as do Campo e a Territorialização da Educação do Campo: Concepções e Práticas dos sujeitos da Escola Estadual Madre Cristina / Eliane dos Santos Martinez - Cáceres, 2019**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 2019. Disponível em:

<http://portal.unemat.br/index.php?pg=site&i=educacao&m=dissertacoes> Acesso em: 26 nov. 2023.

PAULA, Adalberto Penha de; BUFREM, Leilah Santiago. **Educação do Campo, Território e a Escola da/na Ilha no Litoral do Paraná.** Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 30, n. 61, p. 233-252, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faceba/v30n61/2358-0194-faceba-30-61-233.pdf> Acesso em: 10 set. 2023.

PERIPOLLI, Odimar João. **Expansão do Capitalismo na Amazônia Norte Mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola.** 2008. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/2616> Acesso em: 2 dez. 2023.

RIBEIRO, Jucileide Alves Ribeiro et al. **Pedagogia do trabalho e a educação do campo: os arranjos entre currículo e saberes locais.** Revista da Faculdade de Educação, v. 39, n. 1, p. e392309-e392309, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/download/11564/8044/40539> Acesso em: 15 jan. 2024.

SEDUC. **Redimensionamento na Educação é obrigação legal, de acordo com a Constituição Federal e com a LDB.** Em colaboração com os municípios, a Seduc-MT coordena a transferência das séries iniciais de forma gradual, assegurando que nenhum estudante ou professor fique fora da escola. 2022. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/-/22994254-redimensionamento-na-educacao-e-obrigacao-legal-de-acordo-com-a-constituicao-federal-e-com-a-ldb> Acesso em: 20 nov. 2023.

VALE, Ana Lia Farias.; SAQUET, Aurélio Saquet; SANTOS, Roseli Alves dos. **O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração.** Revista Faz Ciência, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 11, 2000. DOI: 10.48075/rfc.v7i1.7380. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7380>. Acesso em: 20 out. 2023.

ZANELLI, Fabrício Vassalli. **Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos intercâmbios agroecológicos.** 2015. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/19521> Acesso em: 05 abr. 2024.

ZART, Laudemir Luiz. **Produção social do conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo.** 2012, 421 fls. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas-SP, 2012.

ZIMMERMANN, Angelita; FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo e território: uma proposta decolonial a partir de experiências camponesas no Brasil e em Portugal.** 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/download/16388/9675/53777> Acesso em: 05 abr. 2024.